

Indumentária no Brasil do pós-Independência: o papel da “mulher patriótica” segundo os jornais do Primeiro Reinado e início da Regência

Brazil's post-independence clothing: the role of the “patriotic woman” according to the newspapers of the First Reign and beginning of the Regency



Camila Borges da Silva¹

ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-1461-3556>

[**resumo**] No Brasil do pós-Independência, os rumos que deveriam tomar o Estado e a sociedade imperial foram intensamente discutidos na esfera pública por meio dos jornais. Estes eram veículos de divulgação das novas ideias e estavam atrelados às diferentes correntes políticas existentes. As vestimentas foram utilizadas e debatidas, da mesma forma, como instrumento de afirmação política, de maneira que se tentava fomentar uma nova cultura indumentária. Nesse processo, a importância do papel da mulher “patriótica” foi ressaltada. O objetivo do trabalho é analisar a visão difundida nos jornais do Primeiro Reinado e início da Regência sobre a atribuição feminina no sistema político.

[**palavras-chave**] **Indumentária. Moda. Império do Brasil. Imprensa. Liberalismo.**

[**abstract**] In independent Brazil, the course that the state and imperial society should take was intensely debated in the public sphere by newspapers, which were connected to the different political tendencies that existed at the time and worked as vehicles to disseminate new ideas. Similarly, garments were used and debated as instruments of political affirmation, in a way that tried to instigate a new clothing culture. In this process, an emphasis was put on the role of the woman understood as patriotic. The objective of this work is to analyze the vision on the role of women in the political process disseminated in the newspapers of the First Reign and the beginning of the Regency Period.

[**keywords**] Clothing. Fashion. Empire of Brazil. Press. Liberalism.

Recebido em: 04-01-2019

Aprovado em: 17-06-2019

¹ Doutora em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Professora Adjunta no departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: camilaborgesbr@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6446041583836648>.

Introdução

O Brasil das décadas de 1820 e 1830 foi marcado por uma forte politização da sociedade graças à decretação da Independência em 1822, à organização política do Estado Imperial e, posteriormente, à abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831, o que levou à instauração da Regência e às reformas constitucionais. Nesse processo, tanto a imprensa quanto o aparato indumentário foram mobilizados politicamente. Ambos atuaram na construção de identidades por meio de posicionamentos políticos, possibilitando a elaboração tanto de uma coesão entre aqueles que compartilhavam determinadas visões em torno de temas específicos quanto de uma diferenciação em relação àqueles que se entendiam como diferentes. Neste texto, analisar-se-á como a formulação de uma identidade patriótica, que não apontava necessariamente para a defesa das mesmas ideias políticas, atingiu também as mulheres nas primeiras décadas após a Independência, sendo propagada por meio dos jornais e tendo uma expressão na vestimenta.

Desenvolvimento

A indumentária e os muitos sentidos do “patriotismo”

Com a decretação da Independência, em 1822, foram adotados símbolos indumentários que visavam demarcar a separação com o Reino de Portugal, buscando, com isso, criar uma identidade que fosse específica do novo Império que se estabelecia. Esses símbolos atingiam especialmente as cores definidas para marcar a fundação do Império do Brasil. Nesse sentido, os tradicionais tons portugueses – azul e vermelho – foram substituídos pelo verde e amarelo. Por isso, em 18 de setembro de 1822, foi instituído o tope nacional nessas tonalidades. Este possuía uma “flor verde no braço esquerdo, dentro de um ângulo de ouro” que seria a “divisa voluntária dos Patriotas do Brasil”, tendo, no ângulo, a legenda “Independência ou Morte”². O tope ganhou enorme projeção nos anos de 1822 e 1823. Luiz Augusto May, redator do periódico *A Malagueta* e deputado na Assembleia Legislativa, relatou alguns anos mais tarde que

todos os habitantes desta *Leal e Heróica* Cidade estão bem lembrados do Frenesi, e da Poeira em que aqui se viveu, no mês que decorreu entre o dia da chegada de S. M. de São Paulo, e o dia em que se verificou a aclamação. Encontrava-se a gente na rua – olhava-se logo o braço e para o chapéu da Gente – e coitadinho daquele que não tivesse mudado seu laço, e posto sua Divisa [...] o infeliz era logo taxado de *Pé de Chumbo*, e só capitulava pondo-se à moda³.

² Brasil. *Coleção das leis do Império do Brasil. Atos do Poder Executivo*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>, p.48. Acesso em: 10 jun. 2018.

³ *A Malagueta*, 21 de agosto de 1829, n.120. Pé-de-chumbo era o apelido dado aos portugueses contrários à Independência e uma alusão aos calçados usados pelos soldados portugueses (NEVES, 2003, p.219-220).

A utilização das cores “nacionais” não foi exclusiva da indumentária masculina, pois também as mulheres participavam do movimento “patriótico” que tomava a indumentária. No caso das damas da Corte, seus trajes de gala compostos de vestido e manto seguiam tradicionalmente os tons portugueses, mas, segundo Debret, “o verde e amarelo, símbolo do novo império brasileiro, sucederam as cores nacionais portuguesas: vermelho e azul” (DEBRET, 1978, p.280) também nas vestimentas dessas damas. Assim, “as penas vermelhas das princesas reais cederam às penas brancas de ponta verde” que coroavam o diadema da imperatriz Leopoldina⁴. As demais

usavam penas todas brancas e a combinação de ouro [amarelo] e verde aparecia somente na composição de seu turbante, juntamente com o manto verde bordado a ouro e a saia branca bordada de prata que constituíam a vestimenta de gala para os dias solenes. (DEBRET, 1978, p.280)

Não foram apenas as damas da Corte, contudo, que adotaram esses signos. Há relatos de que mulheres exibiam-se no espaço público com penas e lenços que remetiam à “causa do Brasil” e cantavam hinos patrióticos. Em São Paulo, as senhoras da “boa sociedade” ofereceram um baile no palácio do governo onde se apresentaram de vestido de seda branca, jardineiras com flores verdes e amarelas, corpinho verde e, na cabeça, faixas de cetim verde nas quais se viam, bordados em ouro, os dizeres “Independência ou Morte” (NEVES, 2003, p.387; SOUZA, 1999, p.266). As noites no teatro, as procissões e as cerimônias públicas passaram a ser marcadas por esses símbolos e por vivas à independência, ao imperador e à Constituição (SOUZA, 1999).

Demonstrava-se assim a adesão ao que se chamava “causa do Brasil”, isto é, o apoio à Independência, ao imperador e à unidade do Império. A mulher, portanto, acabava tendo um papel no suporte da causa “nacional” e “patriótica” e, muitas vezes, isto passava por ostentar uma vestimenta que demonstrasse esse apoio, especialmente no uso das cores e dizeres como “Independência ou morte”. Evidentemente, como a mulher estava confinada ao espaço doméstico, percebe-se que eram nas cerimônias públicas que essas demonstrações se faziam⁵.

No período imediatamente posterior à Independência, o uso dos símbolos considerados nacionais acabou por reunir correntes políticas distintas em prol da ideia de formação de um Império Constitucional. Contudo, outros ícones passaram a ser mobilizados. As roupas dos liberais considerados mais exaltados eram compostas de chapéu de palha e, presas nele, flores sempre-vivas amarelas, folha de tabaco e fita verde ou preta. Valorizavam-se símbolos utilizados por populações mais pobres, entendidos como verdadeiramente “nacionais” por se oporem a uma indumentária “importada” da França ou da Inglaterra. Por isso, Cipriano Barata, considerado um dos ícones dessa corrente política, apresentava-se com ramos de cafés, representando a riqueza brasileira, casaca preta de algodão produzido localmente e o

⁴ Para maiores detalhes sobre a indumentária da imperatriz Leopoldina, ver Maria Cristina Volpi (2019).

⁵ Refiro-me aqui às mulheres pertencentes às camadas altas da sociedade. Não foi possível identificar se essas demonstrações ocorriam em outros estratos sociais.

tradicional chapéu de palha (MOREL, 2011). Esses símbolos eram adotados por causa de sua vinculação a um pertencimento entendido como “nacional”, ou seja, à criação de uma identidade que fosse própria ao Brasil, visto que as classes mais abastadas buscavam a utilização de tecidos e roupas advindos de uma moda europeia.

A utilização de vestes que remetiam à construção de uma identidade brasileira, como chapéus de palha e tecidos de algodão, tinha, contudo, outra faceta. Alguns defendiam esse uso como forma de incentivar o comércio nacional, considerando que a adoção de tecidos e roupas europeias lhe era maléfica. Esses patriotas não estavam necessariamente alinhados às correntes políticas consideradas mais exaltadas, sendo motivados por uma espécie de utilitarismo, mas suas intenções eram compartilhadas por aqueles grupos. O padre Lopes Gama, por exemplo, condenando o gosto pelo luxo, que, para ele, provocava corrupção na sociedade, criticava em seu jornal *O Carapuceiro* a grande preponderância da moda francesa no Brasil, afirmando que essa produzia lucro para aquela nação. Para o religioso, o fato de “se querer macaquear em tudo” aquelas modas, afetaria a “nossa justa economia”, pois assim “nos levam toda a prata e ouro”⁶. Segundo ele,

não faltam pessoas que tenham notado a minha embirração acerca das lojas francesas. Alguns desses senhores consta-me terem dito: Que se importa conosco, com o que nós vendemos, o redator do *Carapuceiro*? Que me importa? Importa-me muito, porque sou brasileiro, escrevo no meu país natal, e desejo vê-lo melhorado dos muitos abusos e misérias em que o criaram e vai jazendo. Confesso que muito respeito a grande nação francesa, e que mil bens desejo a todos os seus filhos. Mas seria errada e criminosa a minha filantropia se lhes apetecesse vantagens em prejuízo dos meus próprios concidadãos. Creio que não há Estado, Reino ou Império sobre a face da Terra onde se permita que estrangeiros vendam a retalho, enriquecendo-os e privando os nacionais desse meio de subsistência⁷.

Lopes Gama completa criticando os tratados de comércio assinados pelo Brasil com a França e a Inglaterra, que dariam vantagens a esses países, permitindo que suas mercadorias fossem negociadas a preços baixos e a retalho⁸. Essa crítica era dirigida também às mulheres, que, na visão do padre, deveriam contribuir com suas vestimentas para o progresso da nação e para a boa economia de seus pais e maridos. Nesse sentido, aponta as relações entre moda e finanças ao afirmar que

⁶ *O Carapuceiro*, n. 5, 26 de maio de 1832.

⁷ *O Carapuceiro*, n.25, 6 de outubro de 1832.

⁸ Após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, foram abertos os portos às “nações amigas” e, em 1810, foi assinado o Tratado de Comércio e Navegação que dava à Inglaterra o direito de trazer seus produtos pagando direitos alfandegários vantajosos.

os franceses, que não estudam para tolos, cá nos encamparam a moda dos vestidos com mangas de cogula⁹ beneditina. Um vestido de senhora, que até agora se fazia à larga com sete côvados¹⁰ de chita e quatro varas de cassa, hoje precisa de doze daquela e seis desta, porque há mangas com mais pano do que todo o corpo do vestido. Que boa lembrança para dar consumo às fazendas! [...] se antigamente uma pobre moça fazia um vestidinho com dez patacas, hoje (graças às espertezas de Paris) são precisas vinte para arranjar um vestido da mesma fazenda. Não crimino os franceses: cada um pesca para si. O que me desgosta é a nossa tolice em se querer macaquear em tudo, e por tudo, até a despeito de nossa justa economia¹¹.

O próprio Cipriano Barata declarou abertamente suas intenções de estimular a indústria nacional por meio de uma indumentária mais voltada para as práticas populares. Defendendo-se das acusações de que ele “andava lá de camisa e ceroulas de algodão, e pé descalço, à frente dos Escravos” (BARATA, 2008, p.704), ele informava em seu jornal, *A Sentinela da Liberdade*, que “os Franceses e Ingleses dessa Bahia tem escrito e formado a intriga aqui contra mim por via dos seus; pois só quero destruir o comércio deles introduzindo o uso de casacas e demais roupas de algodão, chapéus de palha da terra, etc.”¹² (BARATA, 2008, p.704). Para Morel, por meio do gesto de incentivar o uso desse tipo de roupa, ele buscava “o fortalecimento do mercado interno e da industrialização nacional, tentando se opor à expansão do capitalismo europeu, sobretudo britânico, mas também francês, defendendo a criação de fábricas e manufaturas nacionais para as vestimentas”, o que significava que Barata possuía um “amplo projeto nacional” (MOREL, 2011, p.165).

Por conta desse tipo de discurso, os próprios jornais de moda que surgiam tomavam a defesa da moda importada que se adotava, justificando-a. O *Correio das Modas*, publicado em 1836 no Rio de Janeiro, por exemplo, afirma logo em seu primeiro número que as tendências vindas da Europa são justificadas pela antiguidade daquele continente, e que os produtos importados também trariam riquezas para o Brasil, visto que pagavam direitos alfandegários e permitiam ainda que alfaiates e modistas locais se beneficiassem, ampliando seus negócios em função dessa moda (MOREL, 2011, p.168). Omitia, portanto, as vantagens comerciais desfrutadas por aqueles países e o fato de que as próprias modistas e costureiras poderiam igualmente expandir seus negócios com uma moda que fosse conforme os costumes do país. Outro dado que não era mencionado era o grande prestígio desfrutado por modistas francesas, que, por sua origem, acabavam ganhando mais espaço e reconhecimento do que as modistas brasileiras, relegadas muitas vezes a um papel secundário no mercado de moda.

⁹ Cogulas são as túnicas utilizadas por religiosos.

¹⁰ Côvado é uma medida de comprimento antiga que corresponde a três palmos.

¹¹ *O Carapuzeiro*, n. 5, 26 de maio de 1832.

¹² Grifo meu.

Percebe-se, dessa forma, que o uso de determinadas peças do vestuário apontava para a defesa da “causa nacional”, fosse por meio de símbolos indumentários atrelados ao Brasil, fosse pela defesa de uma “indústria” nacional. Ambos significavam o exercício de um “patriotismo”, o qual era atribuído também às vestimentas das mulheres. Por isso, elas não passaram impunes nesse processo. Mais do que isso, alguns jornais ligados à corrente política considerada radical, apontavam o papel da mulher no suporte a essa causa. Esperava-se que elas atuassem ativamente na promoção de um determinado ideário político, entendido como o “verdadeiro patriotismo”.

O papel da “mulher patriótica” segundo a imprensa

Os jornais do fim do Primeiro Reinado e aqueles publicados ao longo do período regencial são tradicionalmente divididos de acordo com correntes políticas identificadas como exaltadas, moderadas e conservadoras, estas últimas chamadas “caramurus” (MOREL, 2005). O primeiro grupo, tido como o mais radical, é associado a uma defesa mais enfática da incorporação da mulher à cidadania no sentido mais amplo, incluindo não apenas seus direitos civis, mas também seus direitos políticos, como o voto. Dessa forma, a imprensa exaltada teria sido pioneira “na defesa da plena igualdade de direitos entre os sexos e na participação da mulher na esfera pública” (BASILE, 2006, p.72). Marcello Basile aponta que essa corrente teria dado um passo além dos próprios revolucionários franceses, que, para ele, inspiraram seu radicalismo. De fato, a Revolução Francesa deixou de lado os direitos das mulheres, vistas como seres inferiores por natureza e relegadas à esfera doméstica (ROSANVALLON, 1992, p.169-188). Contudo, no caso do Brasil, é importante atentarmos para as oscilações em torno do que se esperava da mulher pelos chamados radicais que ora defendiam a sua atuação mais ativa na esfera pública, ora apontavam para o seu papel na esfera privada, no lar e como mãe, embora em ambos os casos ressaltassem a importância do que consideravam a sua responsabilidade “patriótica”. Essas oscilações se davam por vezes em um mesmo jornal, mas também é possível identificar diferenças de tom entre jornais atribuídos à corrente exaltada.

No outro extremo, na imprensa mais conservadora, as mulheres também figurariam, embora pouquíssimas vezes. Nela, ainda que se apontasse a importância das manifestações patrióticas femininas por meio da defesa de sua participação em associações políticas e da valorização de seus “feitos heróicos”, apareceriam, nesses periódicos, segundo Basile, circunscritas a uma “posição de espectador” (BASILE, 2006, p.82). É necessário ressaltar, contudo, que a defesa da presença das mulheres em entidades significava em si uma saída da esfera privada.

Segundo Basile, retomando Buitoni (1986), pode-se perceber “o início de uma politização do espaço feminino” (BASILE, 2006, p.83). Isto se daria graças à atuação das mulheres na imprensa, em associações políticas ou ainda em manifestações públicas (por meio de suas vestimentas). Na imprensa, verifica-se a construção de uma esfera pública feminina por meio de jornais inteiros direcionados às mulheres, cartas assinadas por elas (mesmo nos jornais não voltados especificamente para esse público) e até de jornais escritos por mulheres.

O jornal *Nova Luz Brasileira*, redigido por Ezequiel Correia dos Santos e atribuído à corrente radical ou exaltada, mencionou em vários de seus números os atributos de uma mulher “patriótica”. Por meio de exemplos de outras regiões da América Latina, informava como ela deveria se comportar: oferecendo seus bens e a ação de seus filhos, maridos e parentes do sexo masculino para atuarem a favor da “pátria”. O jornal aponta, portanto, o entendimento do papel das mulheres ou ao menos daquelas que reconheciam as “vantagens da Independência, e da liberdade” em tempos de guerra. As brasileiras, assim, não estariam, no entender do jornal, atrás das demais regiões latino-americanas, pois também “animarão filhos, irmãos, e maridos” a participar das guerras, além de oferecer “cavalos, gado e dinheiro”, bem como “muitos escravos” que teriam libertado tanto na Bahia quanto em Pernambuco e em outras províncias. Essas seriam “heroínas” tomadas de “valor, patriotismo, e glória” e que “concorrerão para a salvação do Brasil”, sendo também “grandes” e cujos “mimosos ombros” sustentariam “a nossa Constituição, nossa Independência e Liberdade”, merecendo elas também “coroas de rosas”¹³. Dessa forma, o jornal aponta o conhecimento da atuação feminina nas guerras de independência na Bahia contra o general Madeira, que operava a favor da manutenção da unidade do Brasil com Portugal, e em outras regiões.

Entretanto, percebe-se nas afirmações do *Nova Luz Brasileira* que, a despeito do espaço reservado para a mulher, o jornal continuava a inseri-la na esfera em que se esperava que ela atuasse: a doméstica. Além disso, o jornal dirige-se muitas vezes ao público masculino, demonstrando que caberia aos homens a tutela sobre o comportamento de suas esposas e filhas. Para o redator, o “patriotismo” deveria guiar “os corações das Brasileiras” que não poderiam se deixar “corromper” pelos “discursos frívolos e às vezes imorais da *Gazeta Courier do Brasil* e outras, sobre as operas, comediantes, e dançarinas” que com “palavras indecentes, mostram no teatro descaradamente até as coxas”¹⁴. O interessante é que o periódico associa esses elementos a um componente político *stricto sensu*, pois seria um modo de manutenção das “monarquias absolutas”. Talvez a perspectiva do redator estabeleça essa relação por causa da presença da Corte no teatro, visto que cita óperas, comediantes e dançarinas. Associa também os divertimentos e distrações ao apagamento das lutas diretamente políticas, mas, de qualquer forma, o texto é marcado pelas expectativas sobre o corpo e sobre as formas de se portar da mulher.

O motivo pelo qual às mulheres não cabia a atuação direta no conflito é explicitada pelo jornal em 31 de dezembro de 1829, quando afirma que elas não podiam “por sua constituição, e usos da sociedade atual, tomarem armas com os bravos no exército”, embora pudessem participar animando filhos, irmãos e maridos. Mais do que isso, segundo o jornal, no mesmo número,

só uma mulher sem brios é que admite carcundas em suas sociedades; só uma mulher sem sentimentos nobres é que deixa de concorrer, e tomar parte na defesa e Liberdade da Pátria.

¹³ *Nova Luz Brasileira*, 22 de dezembro de 1829, n.5.

¹⁴ *Nova Luz Brasileira*, 22 de dezembro de 1829, n.5.

A mulher de um escravo é escrava como ele [...]. O vilipêndio, e a nenhuma representação na sociedade é o dote, é a sorte que espera ao belo sexo no Brasil, se ele não se interessar calorosamente pela Independência, e Constituição Brasileira.

[...] Sem Pátria Constitucional, e Independente serão escravas sem mérito as encantadoras Damas Brasileiras¹⁵.

Associa, portanto, o patriotismo ao caráter moral das mulheres, de maneira que admitir “corcundas”, ou seja, aqueles considerados absolutistas, seria uma espécie de corrupção de caráter. Os “sentimentos nobres”, ou aquilo que o jornal considerava a verdadeira nobreza, proviria do tomar parte na defesa da pátria. Relaciona da mesma maneira, como era corrente na linguagem liberal da época, a luta pela pátria à liberdade, sem a qual se era condenado à escravidão. Desse modo, escravos eram todos que não lutavam pela afirmação da pátria livre por meio da incorporação das ideias liberais, e, da mesma maneira, escrava seria a mulher que se associasse a um absolutista, ou seja, a um escravo. Aponta que o triunfo do absolutismo faria com que elas também ficassem sem “representação na sociedade”. Embora o redator não desenvolva o sentido que atribui a essa representação, na edição de 3 de fevereiro de 1830, em que define o conceito de “cidadão”, ele inclui as mulheres nessa categoria:

Que coisa é = Cidadão = E’ o homem, (e também a mulher) membro de um corpo Soberano. Não há Cidadão se não entre os inteiramente livres. Este apelido é o mais sublime, que pode haver na Sociedade, pois só pertence aos indivíduos racionais perfeitamente livres.

[...] Cidadão = é toda pessoa livre, homem ou mulher, que é parte de uma Nação livre, e que entra no seu contrato social, e participa de todos os atos e direitos políticos; e que por isso é uma porção da Soberania Nacional; em consequência do que tem voto em todas as eleições para as Assembleias, e pode ser eleito se tiver *virtudes e talentos*. O nome de Cidadão é o símbolo da honra, e da Liberdade; é o distintivo mais nobre do homem social.¹⁶

Percebe-se assim que, em alguns momentos, o redator oscila e demonstra a visão de uma atuação um pouco mais ativa das mulheres. Na seção de “Correspondências” do jornal, abria-se espaço para escritos produzidos por elas, embora não se possa afirmar categoricamente que os textos fossem de autoras. No dia 23 de fevereiro de 1830, por exemplo, uma carta assinada por “uma brasileira amante da pátria” informava que a ela tinha “o mais profundo prazer” em ler o periódico e segue afirmando:

¹⁵ *Nova Luz Brasileira*, 31 de dezembro de 1829, n.7.

¹⁶ *Nova Luz Brasileira*, 3 de fevereiro de 1830, n.16.

Ah! Sr. Redator! Que mais ufanía pode ter uma mulher que defender as liberdades de sua Pátria; até dar por ela a última gota de sangue: que glória serem elas, as que promovam a felicidade de seus concidadãos, de seus filhos, e de seus esposos: serem elas as que calcando aos pés o furioso *despotismo*, apareçam hum dia na posteridade cobertas dos louros do triunfo, e sempre lembradas com respeito e louvores: se eu fosse tão ditosa que a Nação exigisse os meus sacrifícios, então eu cheia d' entusiasmo e amor da Pátria nada temeria, e com suavidade encararia a morte, e estou certa que todas as minhas patrícias seriam minhas companheiras porque já conhecemos o que é Constituição, e despotismo; este arranca os nossos direitos, usurpa nossa garantia, e nos sepulta debaixo das ruínas da escravidão; e aquela nos felicita, e nos dá a liberdade; e por isso a adoramos com veneração, e encaramos com desprezo, e horror os déspotas [...]¹⁷.

A carta é, portanto, marcada por uma perspectiva mais ativa do papel da mulher, concebendo-a atuando para além da esfera doméstica. Demonstrava ainda a intenção pedagógica de seu escrito, pois finaliza pedindo que se o redator visse que suas ideias mereciam alguma consideração, as publicasse para que “as minhas patrícias conheçam o sentimento de uma”. O texto é comentado pelo redator que enaltece os “sentimentos patrióticos da nossa Brasileira”¹⁸, o que demonstra algum grau de concordância com seu teor.

As cartas assinadas por mulheres não são os únicos casos da possível participação feminina nas publicações do período que analisamos. Embora ainda se atribua ao *Jornal das Senhoras*, surgido em 1852 e dirigido por Joana Paula Manso de Noronha, o título de primeiro jornal escrito por mulheres, pode-se retroceder um pouco ao periódico *Belona Irada Contra os Sectários de Momo*, publicado entre 1833 e 1834 e editado em Porto Alegre, como o primeiro jornal fundado por mulheres, sob a redação de Maria Josefa Pereira Pinto. O *Belona*, como era conhecido, tinha caráter político e era partidário da corrente “caramuru”, tendo circulado apenas localmente (MUZART, 2003).

Antes do *Belona*, contudo, temos o surgimento, em 1832, de dois periódicos: *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada* e *A Filha Única da Mulher do Simplício*. O curioso a respeito desses jornais é que ambos são supostamente assinados por mulheres. *A Mulher do Simplício* é anônimo e assinado por «autora» ou “redatora”. Sobre ele, entretanto, temos como informação apenas de que era editado por um homem, Francisco de Paula Brito (DUARTE, 2016, p.60)¹⁹. Já *A Filha Única da Mulher do Simplício* era assinado como “autora”, “redatora” ou “a Fluminense Menor de Idade”. Não há confirmação se eles eram escritos por mulheres, mas, caso fossem, como ressalta Duarte (2016), seriam os primeiros dirigidos por

¹⁷ *Nova Luz Brasileira*, 23 de fevereiro de 1830, n.22.

¹⁸ *Nova Luz Brasileira*, 23 de fevereiro de 1830, n.22.

¹⁹ Segundo Constância Duarte (2016), Francisco de Paula Brito era mulato e responsável pela publicação de vários jornais no período imperial, entre eles, outros jornais femininos como *A Marmota na Corte* (1849-1852), *Marmota Fluminense* (1852-1857), *A Marmota* (1857-1864) e *A Grinalda* (1861). Ele redigiu ainda periódicos ligados à questão racial como *O Homem de Cor*.

elas no Brasil. Tratava-se de uma inovação, pois, nesse período, havia outros jornais direcionados às mulheres, mas nenhum deles tinha adotado a autoria feminina na sua redação²⁰.

Outros elementos interessantes são que ambos os periódicos eram redigidos inteiramente na forma de poemas e que o *Simplício* do título é personagem que aparece em outros impressos, como no jornal *O Simplício*, publicado entre 1831 e 1833, e no folheto *A Verdadeira Mãe do Simplício ou A Infeliz Viúva Peregrina*, de 1831, este último assinado por uma mulher, D. Fortunata Eugênia de Mello. “Simplício”, aparentemente, tratava-se de uma metáfora que remetia à linguagem simples adotada pelo impresso com a expectativa de atingir um público mais amplo (DUARTE, 2016, p.58-59).

Tanto no caso de *A Mulher do Simplício* quanto no do *A Filha Única da Mulher do Simplício*, poucos números chegaram efetivamente aos dias de hoje. Contudo, é possível observar alguns aspectos. Como o próprio título faz alusão, *A Mulher do Simplício* identificava-se com a corrente exaltada ou radical, enquanto *A Filha Única*, embora não trouxesse o nome da corrente no título, colocava-se como tal e se opunha explicitamente à tendência moderada. Além disso, ambos os periódicos estavam atrelados, pois, com o surgimento de *A Filha Única*, *A Mulher do Simplício* apontava abertamente sua ligação e suas filiações políticas. Em seção chamada propositalmente de “Declaração”, no número 4, de 24 de março de 1832, informava ao leitor que:

Tem-me os negócios da Pátria
Tão arduamente ocupado
Que me esqueci d’uma filha
Na qual não tenho falado

Com minhas frouxas lições
Docemente amamentada
Tem seguido a mesma marcha
Que eu sigo sendo exaltada
[...]

Eu faço tal narração
Outras vezes repetida
Para mostrar que é legítima
A minha filha querida.²¹

Além disso, *A Filha Única* informava que suas ideias seriam publicadas “todas as vezes que sua Authora estudar as lições que sua mãe lhe der...”²².

²⁰ Antes do *A Mulher do Simplício*, foram publicados *O Espelho Diamantino* (1827-1828), *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832), o *Manual das Brasileiras* (1830), *O Despertador das Brasileiras* (1830-1831) e o *Espelho das Brasileiras* (1831) (DUARTE, 2016).

²¹ *A Mulher do Simplício*, 24 de março de 1832, n.4.

²² *A Filha Única da Mulher do Simplício*, n.1, 14 de março de 1832.

Até meados da década de 1830 era constante o caráter político das publicações, e nos jornais femininos isto também se fazia presente. No caso do *A Filha Única*, como apenas dois números publicados em 1832 chegaram aos dias de hoje, tudo que se conhece é seu caráter político. Entretanto, sobre *A Mulher do Simplício*, pode-se perceber que ele vai progressivamente ampliando os trechos não diretamente políticos ao longo da década de 1830, incorporando temas relativos ao cotidiano e aos costumes. Aparentemente alcançou relativo sucesso de público, visto que em seu número 45, de 12 de dezembro de 1835, declara que havia vendido mil exemplares do número anterior.

Paradoxalmente, *A Mulher do Simplício* incorporava a temática da fragilidade feminina que era remetida à natureza da mulher, para além de defender o recato das mulheres em vários de seus números. Apontava, contudo, que isso não impediria que elas pudessem ter uma “opinião forte”. A epígrafe do jornal declarava que

Frágil fez-me a Natureza,
Mas, com firme opinião.
É justo que a Pátria escute
A voz do meu coração²³

Já sua “filha” adotava tom jocoso relacionando sua pequena idade às suas opiniões. Informava, em seu primeiro número, de 14 de março de 1832, que

Apesar de pequenina,
E de mui debil idade,
Sou forte quando se trata
Defender a Liberdade²⁴

Apesar de serem jornais supostamente escritos por mulheres, os textos vinham direcionados, em seu maior número, aos “leitores”, mas com algumas passagens destinadas às leitoras, normalmente referidas como “patrícias”, como era comum também em outros periódicos. *A Mulher do Simplício*, jornal do qual se conhece mais exemplares, oscilava, em sua maioria, entre a defesa de um papel passivo das mulheres e de outro mais ativo. No número 3, de 10 de março de 1832, por exemplo, o redator ou redatora traz uma narrativa ocorrida na Revolução de 1830, na França, intitulada “Entusiasmo Patriótico d’uma Jovem Francesa na Revolução de 1830”. Ao mesmo tempo que saúda a ação de uma mulher que teria atuado no campo de batalha de espada em punho, finaliza o poema aconselhando:

²³ *A Mulher do Simplício*, 10 de março de 1832, n.3.

²⁴ *A Filha Única da Mulher do Simplício*, 14 de março de 1832, n.1.

Ensinai a vossos filhos
 Esta excelente lição:
 “Sem Pátria nós não podemos
 Gozar a Constituição”²⁵

Dessa forma, a narrativa ressalta tanto o papel da mulher atuando fora do espaço doméstico e em ambiente considerado eminentemente masculino – o campo de batalha – quanto a remete ao lar e à maternidade, espaço que se entendia ser mais adequado à sua “natureza”. Já no número de 4 de setembro de 1832, o jornal dá indícios de sua expectativa sobre a atuação das mulheres. Nessa edição, é publicada uma carta dirigida à Assembleia Legislativa, em que inicia seus versos remetendo à Madame de Staël, afirmando que ainda não poderia imitá-la.

A Mulher do Simplício tinha colunas dedicadas à moda, mais constantes no avançar da década de 1830. Contudo, seu olhar para as tendências do vestuário dava-se quase sempre na crítica do que considerava excessos desnecessários, atrelando algumas modas ao comportamento das mulheres, especialmente daquelas que não primavam pelo recato.

A moda é moda, senhoras,
 Quando há bastante decência;
 O contrário não é mais,
 Que um excesso, uma imprudência;
 [...]

Andai a moda, senhoras;
 Ninguém vos censurará;
 Porque no excesso, no abuso
 Somente é que o crime está.

Às vezes de tais censuras,
 Vós que sois as culpadas;
 Por não trajardes decentes;
 Por não serdes recatadas.
 [...]

Que pode julgar um homem
 D’uma mulher inda bela
 [...]

Ao vê-la em Sociedade,
 Conversando segredinhos;
 A rir com lenço na boca,
 cheia de amante, carinhos?
 [...]

²⁵ *A Mulher do Simplício*, 10 de março de 1832, n.3.

Ao vê-la sempre inquieta,
 Espaço de horas, em horas;
 Dar mais atenção aos homens,
 Que as conversas das Senhoras?

Que espera um Pai que consente,
 das filhas tal proceder?
 E um consorte que deixa
 A mulher tudo fazer?
 [...]
 Sedes pois, Patrícias minhas,
 No trajar mui decentes;
 Acauteladas nos gestos,
 E no falar mui prudentes²⁶

Em outro de seus números, aponta a relação entre a questão nacional e a moda, criticando os estrangeirismos da mesma forma que outros periódicos faziam, conforme mencionamos anteriormente. O jornal, em coluna intitulada “Luxo, e Modas ou espelho das Rigoristas à Estrangeira”, afirma:

Ah luxo, maldito luxo
 Das fortunas aguasil,
 Tu és atraso do Mundo
 E a desgraça do Brasil.

Tu reduces à Miséria
 Famílias inconsequentes
 [...]

Relaxa nossa moral,
 Roubas o nosso dinheiro
 Que damos por teu respeito
 Ao cobiçoso Estrangeiro.

As minhas caras Patrícias
 Ao Brasil não tem amor,
 Porque só *coisas* d’Europa
 Para elas tem valor.
 [...]

²⁶ *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada*, 12 de dezembro de 1835, n.45.

Tal modas lindas Meninas
 É mui perigosa, é feia,
 Bastava para a desprezares
 Ser uso de terra alheia.

Até quando Rigoristas
 Há de o Povo Brasileiro,
Mendigar falsos exemplos,
 Que traz estuto Estrangeiro!
 [...]

Vós sois em tudo formosas,
 Tendes graça natural,
 Deixai o luxo perverso
 Que é fonte de todo mal

Bem sei, que tendes para isso
 Direito à Liberdade;
 Mas do luxo não resulta,
 Proveito à Sociedade.

Resulta pelo contrário
 A fortuna do Estrangeiro,
 Que zomba de tais asneiras
 Levando o nosso dinheiro²⁷

Percebemos, portanto, nos versos acima, a condenação do luxo como elemento que comprometeria a economia das famílias, mas, especialmente, a economia nacional, visto que a moda implicava na compra de produtos estrangeiros. Por isso, o(a) redator/redatora indica o remédio no mesmo poema:

Haja em Vós pura constância
 Dobrado Patriotismo.
 Brilhe nos nossos vestidos
 A Mão do Nacionalismo
 [...]

Deixai o Luxo Senhoras
 E tratai da educação;
 dos Vossos tenros filhinhos
 Esperanças da Nação

²⁷ *A Mulher do Simplicio ou A Fluminense Exaltada*, n.8, 4 de setembro de 1832. Grifos do redator/redatora.

Tende amor à Liberdade
 E puro Nacionalismo;
 Que o luxo é filho da Corte
 Onde impera o despotismo²⁸

Dessa forma, na primeira estrofe citada acima, o poema sinaliza o abandono do uso de produtos estrangeiros e a adoção de uma roupa mais condizente com o que era considerado patriotismo. Pode-se imaginar que essa passagem relaciona-se à defesa de uma indústria “nacional” tal como preconizada por exaltados, como Cipriano Barata, e mesmo por aqueles que não se inseriam nessa corrente, como o redator do *Carapuço*, conforme já mencionamos.

Por fim, na penúltima estrofe, o(a) redator/redatora opõe o interesse pelo luxo ao interesse pela educação. Em outros momentos, o jornal criticava mulheres que se dedicavam a falar das modas em oposição àquelas que se preocupavam com assuntos políticos ou de interesse para a nação²⁹, como é o caso da educação. Conforme veremos a seguir, a educação feminina foi bastante debatida pela imprensa como forma de inculcar o “patriotismo” nas mulheres, o que, para alguns redatores, traria um bem à sociedade.

Apesar da vinculação “exaltada” desses jornais, podemos constatar que, em vários momentos, eles atrelam o papel da mulher à esfera doméstica, concebendo que o “patriotismo” estava no aconselhamento de pais e maridos a seguirem determinados preceitos políticos e em educar seus filhos, que poderiam exercer cargos importantes da nação no futuro.

A educação para o patriotismo

Como já foi abordado, o jornal *Nova Luz Brasileira*, apontado como pertencente à corrente exaltada, adotava como interlocutor na maior parte das vezes o público masculino, mesmo quando falava da mulher. Contudo, em alguns momentos, ele se dirigia também a elas. O número extraordinário, publicado no dia 24 de dezembro de 1829 e dedicado à reforma “da educação da mocidade”, é diretamente oferecido às “senhoras brasileiras”. A temática do número remete, mais uma vez, ao espaço que se esperava que as mulheres ocupassem: o lar, onde deveriam cuidar da educação de seus filhos. Afirma que a educação dos “meninos” era muito descuidada no Brasil por causa da “mistura dos escravos, os quais em todo o sentido depravam hábitos e costumes, e o próprio idioma; pois que nos comunicam suas ideias e barbaridade”³⁰, o que explicita o caráter preconceituoso diante da figura do escravizado. O “descuido” das mães encontra-se justamente em deixar seus filhos “expostos” à presença deles desde a tenra idade por causa da adoção de amas também escravas. O

²⁸ *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, n.8, 4 de setembro de 1832.

²⁹ No número 4, de 24 de março de 1832, por exemplo, afirmava que sua “filha”, referindo-se ao jornal *A Filha Única da Mulher do Simplício*, “Não é como algumas moças / Que querem enfeites ter / E não se importam que a Pátria / Tome o rumo que quiser”.

³⁰ *Nova Luz Brasileira*, 24 de dezembro de 1829, edição extraordinária, n.1.

papel da mulher seria, portanto, como mãe, restringir essa “influência” na educação de seus filhos. Além disso, informa que o ideal seria que elas pudessem fazer com que seus filhos tivessem algum aprendizado político, de maneira que as crianças fossem ensinadas também a “amar, e defender a Pátria”³¹. Elas ainda necessitavam aprender que a Constituição era a única fonte de felicidade e a “excitar o ódio contra o monstruoso, e usurpador, governo absoluto, e contra *tirania*”, além de jurar “ódio eterno ao despotismo, e a escravidão” e a adorar “a liberdade da Pátria”³², motivo pelo qual as mães teriam que possuir também esses conhecimentos. Entretanto, um impedimento para esses ensinamentos seria o fato de que essas “ideias são muito superiores à capacidade dos Meninos, e até das Mães, e das Amas”³³.

Já o redator do jornal *O Tribuno do Povo*, Francisco das Chagas de Oliveira França, que em vários de seus números dedicava uma coluna “ao belo sexo” e informava que ofertava parte de seus trabalhos para esse público, não apontava apenas para a educação dos filhos, mas também para a das próprias mulheres, condição para que elas adquirissem a cultura do patriotismo. Entendia que as mulheres eram dotadas de aptidão para todos os estudos que os homens faziam. Isto seria provado pelo fato de que elas, mesmo voltadas aos “cuidados domésticos”, interessavam-se pelos “negócios de sua pátria” por se dedicarem “à leitura dos periódicos liberais”³⁴. Além disso, considera que a “rudeza” das mulheres podia ser atribuída à falta da instrução necessária, já que “ninguém duvida que a educação que se dá às mulheres, principalmente entre nós, é péssima, e tendente só a enfraquecer os seus talentos”³⁵. Apontando que apenas costura, dança, piano e primeiras letras são insuficientes para a formação das mulheres, informa ser necessário que elas aprendessem Geografia, História e a língua francesa, para que ao menos soubessem sobre a posição de sua pátria no globo e os exemplos históricos de seu sexo. Contudo, deixa claro que estava longe de querer “que a todas as meninas se obrigasse a fazer os mesmos estudos que os homens”, o que ele entende que “seria demasiada impertinência”³⁶. Esse recuo pode ter sido uma forma de amenizar o que havia escrito no número anterior, quando o redator subiu o tom, afirmando que “ninguém desconhece a superioridade das mulheres sobre os homens”³⁷ e que elas “em nada cede[m]” ao sexo masculino. Mais do que isso, esse estado de coisas seria graças ao fato de que homens constituíam-se em seus “opressores”.

O importante, para o redator, seria que se “acabasse entre nós o prejuízo que há, de dizer que as mulheres nada tem com a Pátria”, pois elas “são muito necessárias”, já que “são

³¹ *Nova Luz Brasileira*, 24 de dezembro de 1829, edição extraordinária, n.1.

³² *Nova Luz Brasileira*, 24 de dezembro de 1829, edição extraordinária, n.1.

³³ *Nova Luz Brasileira*, 24 de dezembro de 1829, edição extraordinária, n.1.

³⁴ *O Tribuno do Povo*, n.5, 12 de janeiro de 1831.

³⁵ *O Tribuno do Povo*, n.2, 22 de dezembro de 1830.

³⁶ *O Tribuno do Povo*, n.3, 29 de dezembro de 1830.

³⁷ *O Tribuno do Povo*, n.2, 22 de dezembro de 1830.

elas quem nos hão de ajudar a sustentar a Liberdade, e a dignidade da Pátria”³⁸, conclamando que as mulheres fechassem os ouvidos aos detratores de seu sexo. Entretanto, apontava também a importância do papel da mulher como mãe nesse processo, já que elas deveriam ensinar aos filhos desde o berço a “olhar com rancor a tirania, e amar a Liberdade, e adorar a Pátria”³⁹. Por isso, a educação feminina tinha também o intuito de bem educar sua prole, já que “o filho sendo criado sempre em companhia das mães, e vivendo em estreita união com elas, tem que adquirir infalivelmente aqueles costumes que nela encontrar: ora se estes forem bons ganha o filho, a mãe e a Nação”⁴⁰.

Segundo o jornal, para as mulheres, a luta constitucional seria de enorme importância, pois

o Sistema da Constituição não somente livrou ao Sexo Feminino dos males de que havemos falado, como também lhe trouxe outras utilidades. Já hoje as mulheres não são votadas ao esquecimento e à ignorância; já se começa a cuidar da sua educação, e se elas da sua parte, como é de esperar, puserem toda a aplicação, o Brasil terá a gloria de ver renascer em seu solo esses gênios femininos que encheram de pasmo a França, e outras Nações⁴¹.

Para o redator do *Tribuno*, a relação das mulheres com a pátria seria expressa no fato de que

as nossas Patrícias Brasileiras não são menos aptas para a gloria do que foram essas que a História nos apresenta. Tudo pois de quanto havemos dito deve tornar as Brasileiras amigas da Pátria, da Liberdade, e da Constituição; finalmente deve torná-las Livres, e verdadeiramente Brasileiras⁴².

Em contraposição às afirmações do *Tribuno*, o *Nova Luz*, mais do que reservar à mulher o espaço doméstico, a definia literalmente como uma propriedade do homem. O redator do jornal, ao elaborar um dicionário sobre o vocabulário político liberal, define “propriedade” da seguinte forma:

O que significa exatamente a palavra – *Propriedade*. – Em sentido vulgar e errôneo, são tão somente os bens que o Cidadão adquire, e possui em terras, casa, dinheiro, e outras coisas que o valem. Porém a primeira *propriedade* do homem é

³⁸ *O Tribuno do Povo*, n.2, 22 de dezembro de 1830.

³⁹ *O Tribuno do Povo*, n. 2, 22 de dezembro de 1830.

⁴⁰ *O Tribuno do Povo*, n.13, 12 de fevereiro de 1831.

⁴¹ *O Tribuno do Povo*, n.4, 5 de janeiro de 1831.

⁴² *O Tribuno do Povo*, n.4, 5 de janeiro de 1831.

a vida, a liberdade, e a igualdade; conjuntamente é a indústria, e forças de corpo e espírito, e sua mulher, e filhos⁴³.

O padre Lopes Gama também deixava claro que o espaço doméstico era atrelado à figura feminina ao afirmar que “enquanto o marido por fora agencia, trabalha, lida e moureja por adquirir meios de subsistência, cumpre que a mulher de portas dentro, zele, vigie, guarde e economize”⁴⁴, apontando para a necessidade de criação das mulheres voltadas para os trabalhos domésticos e não apenas para “brilhar nos bailes”. Os meninos, ao contrário, deveriam receber uma educação que lhes permitisse administrar a pátria de modo que fossem “bem constituídos os nossos magistrados”⁴⁵. Seria essa criação das meninas, para serem donas de casa e boas mães de família, que asseguraria o bom desenvolvimento do lar, já que “o primeiro destino que a natureza deu às mulheres foi o de mãe”⁴⁶. Dessa forma:

Aprenda sim a menina a ler, escrever e contar, aprenda a música e o piano, aprenda as línguas francesa, inglesa, italiana, a geografia, a história mormente a de seu país, aprenda embora a dançar e ao desenho; adquira todas as instruções que lhe possam cultivar o espírito e torná-la mais interessante e amável. Mas também saiba coser, bordar, engomar, governar uma casa e fazer todos os arranjos e economias domésticas⁴⁷.

Evidentemente, a perspectiva de que o papel feminino estava no espaço doméstico era uma recorrência naquele momento. Como mostra Karoline Carula (2016), ao estudar as conferências públicas no fim do século XIX, à mulher, abordada como tema das palestras, era concedida a possibilidade de educar-se “até o limite necessário para bem cuidar dos filhos” (CARULA, 2016, p. 233). Temas como “mulheres célebres e como desempenhavam os papéis de filha, mãe e esposa; a mãe de família; a mulher e o amor” (CARULA, 2016, p. 237) e que apareciam recorrentemente nessas conferências também são ilustrativos da perspectiva do espaço que deveria ser ocupado por elas na sociedade. Perpassavam esses pontos a preocupação com a educação feminina ou como a educação deveria instruir a mulher para o seu papel.

A participação das mulheres nas ordens honoríficas

A despeito da ênfase sobre a atuação da mulher no lar, a participação de algumas delas no espaço público foi muito além do espaço doméstico. Lutaram, por exemplo, nas guerras de independência. Na Bahia, a figura de Maria Quitéria de Jesus Medeiros tornou-se conhecida por sua atuação contra as tropas portuguesas comandadas pelo general Madeira.

⁴³ *Nova Luz Brasileira*, n.22, 23 de fevereiro de 1830.

⁴⁴ *O Carapuço*, n.40, 17 de agosto de 1842.

⁴⁵ *O Carapuço*, n.40, 17 de agosto de 1842.

⁴⁶ *O Carapuço*, n.36, 3 de agosto de 1842.

⁴⁷ *O Carapuço*, n.36, 3 de agosto de 1842.

Por seu desempenho, ela conseguiu furar o círculo predominantemente masculino das ordens honoríficas utilizadas para recompensar os serviços praticados em prol do imperador após a Independência e que tinham uma expressão no vestuário já que se caracterizavam por medalhas, mantos e faixas. Por isso, Maria Quitéria recebeu o título de “cavaleiro” da Ordem do Cruzeiro em 20 de agosto de 1823.

A Ordem do Cruzeiro havia sido criada em 1822 e instaurada no mesmo dia da coroação de D. Pedro I como imperador, em 1º de dezembro de 1822, para premiar aqueles que atuassem a favor da unidade com o centro político estabelecido no Rio. Tanto o nome como a insígnia da Ordem apontavam para elementos que seriam característicos do novo governo que se fundava, o Império do Brasil. Segundo o decreto de criação, o nome da Ordem remetia à “constelação do Cruzeiro do Sul” e ao termo que designou o território em seu descobrimento – Terra de Santa Cruz⁴⁸. Além disso, a medalha da Ordem era composta por estrelas brancas esmaltadas com um círculo azul no qual se lia, em ouro, a expressão *Benemerentium praemium*⁴⁹. Os símbolos da coroa imperial e de folhas de café e tabaco verdes completavam o desenho.

Entre os 1.174 condecorados com a Ordem no Primeiro Reinado, apenas uma mulher, Maria Quitéria, foi agraciada. O próprio decreto de sua condecoração aponta o pouco que se esperava da atuação feminina em espaços tidos tradicionalmente como masculinos ao afirmar que reconhecia o “denodo, raro entre as mais de seu sexo”⁵⁰. Além disso, o texto do decreto trazia uma fórmula distinta da que era normalmente utilizada ao afirmar que o imperador resolvia “*permitir-lhe* o uso da insígnia de cavaleiro”⁵¹, o que aponta para a restrição imposta às mulheres em relação aos elementos honoríficos ostentados na vestimenta. Na realidade, entre os séculos XVI e XVIII, elas recebiam condecorações das ordens militares portuguesas⁵² como dote pelo serviço de seus pais. Estas seriam investidas em seus futuros maridos após o casamento (OLIVAL, 2001). Entretanto, graças a uma reforma produzida no governo de D. Maria I, as mulheres passaram a ostentar as insígnias distintivas, especialmente as damas da Corte e aquelas pertencentes à família real. Ademais, em 25 de abril de 1804, foi estabelecida uma ordem feminina, a Ordem de Santa Izabel, para agraciar as damas da Corte. Durante o Primeiro Reinado, contudo, as mulheres desapareceram das listas de condecorados visto que se reforçou a importância daqueles que atuaram em prol da Independência e em nome do imperador na esfera pública. Como às mulheres era destinado um papel prioritário na esfera doméstica, elas perderam espaço nas ordens honoríficas, mesmo no que se referia à sua atuação em prol da “pátria”.

⁴⁸ Decreto de 1º de dezembro de 1822. *Arquivo Nacional*, códice 15, v. 9.

⁴⁹ Expressão em latim que significa recompensa ao mérito.

⁵⁰ *Arquivo Nacional*, Caixas Ordens Honoríficas, n. 788.

⁵¹ *Arquivo Nacional*, Caixas Ordens Honoríficas, n. 788.

⁵² As ordens militares portuguesas eram compostas pelas ordens de Cristo, de São Bento de Avis e de Santiago e possuíam medalhas, mantos e faixas.

Considerações finais

Constatou-se que vários símbolos indumentários adotados após a Independência tinham uma relação intrínseca com os acontecimentos políticos daquela época. Esses emblemas foram debatidos nos jornais como elementos fundamentais para aquilo que se entendia ser “patriotismo”. Os grupos políticos possuíam projetos próprios e, ao primeiro consenso expresso logo após a Independência, evidenciou-se claramente que os rumos a serem seguidos pelo Império do Brasil eram múltiplos. Nessa batalha, a indumentária teve um papel fundamental ao permitir a construção de discursos e contra-discursos sobre o que seria uma vestimenta-expressão da “nacionalidade”. Para alguns, a construção de uma nova “nacionalidade” e de um projeto político que priorizava o desenvolvimento de uma indústria nacional expressava-se no uso de uma indumentária popular, embora esta não significasse a defesa desse grupo. Os trajes “nacionais” acabaram por criar uma “moda” permeada de “nativismo” no pós-Independência. E os símbolos adotados criaram uma “guerra de sentidos” para determinar quem possuía o projeto vencedor.

Viu-se que as mulheres tomaram parte nessa batalha simbólica por meio de suas vestimentas e que lhes era atribuído também algum grau de destaque naquilo que se denominou de “defesa da pátria”, embora esse papel não raro submetesse a sua atuação ao espaço doméstico, como mãe ou esposa. Como ainda estavam confinadas ao lar, sua atuação “patriótica” em espaços políticos, concebidos como masculinos, era extremamente polêmica, conforme pudemos perceber pelas oscilações de tom mesmo em jornais da corrente radical. Dessa forma, eram nas cerimônias públicas que elas poderiam mostrar seu patriotismo com o uso de determinados símbolos indumentários, especialmente expressos no uso das cores verde e amarelo em laços, bordados, lenços, penas e roupas, chegando a incorporar os dizeres «Independência ou morte» em suas vestes. Com isso, convertiam-se em «mulheres patrióticas», mesmo que o atributo «mulher» fosse, para muitas, definidor dos lugares possíveis de atuação.

Referências

- A Filha Única da Mulher do Simplício.** Rio de Janeiro, 1832.
A Malagueta. Rio de Janeiro, 1821-1832.
A Mulher do Simplício ou a Fluminense Exaltada. Rio de Janeiro, 1832-1846.
Arquivo Nacional, Caixas Ordens Honoríficas, n. 788.
Arquivo Nacional, códice 15, v. 9. Decreto de 1º de dezembro de 1822.
Nova Luz Brasileira. Rio de Janeiro, 1829-1831
O Carapuceiro. Pernambuco, 1832-1842.
O Tribuno do Povo. Rio de Janeiro, 1830-1832.

BARATA, Cipriano. **Sentinela da liberdade e outros escritos.** São Paulo: Edusp, 2008.

BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1834). In: NEVES, Lucia Maria Bastos P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. **História e imprensa:** representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006, p. 60-93.

BRASIL. **Coleção das leis do Império do Brasil. Atos do Poder Executivo.** Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa feminina.** São Paulo: Editora Ática, 1986.

CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero:** projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870-1889). Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** Tomo II, v.II. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

MOREL, Marco. Vestimentas patrióticas, identidade nacional e radicalismo político no Brasil em torno de 1831. *In:* CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João (orgs). **Linguagens e fronteiras do poder.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.155-171.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista de Estudos Feministas**, v.11, n.1, jan./jun. 2003, p.225-233.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais:** a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.

OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado moderno.** Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. **La sacre du citoyen:** histoire du suffrage universel en France. Paris: Gallimard, 1992.

SOUZA, Iara L. C. **Pátria coroada:** o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

VOLPI, Maria Cristina. Verde e amarelo: um império sob a luz dos trópicos. *In:* DEBOM, Paulo; SILVA, Camila Borges da; MONTELEONE, Joana (orgs). **A história na moda, a moda na história.** São Paulo: Alameda, 2019.